

A Turquia entre a Europa e o Islão

por José Pedro Teixeira Fernandes

Artigo publicado in *Expresso* n° 1747 (supl. Actual, 22 Abril 2006), pp. 20-23

1. Não é novidade para ninguém que as relações entre a Europa e Islão não estão na sua melhor fase, atravessando até um período difícil e bastante conturbado politicamente. Se alguns focos de conflito são relativamente antigos, como, por exemplo, a guerra do Koweit (1991), as guerras da Jugoslávia (1991-1999), outros são mais recentes, como os atentados de 11 de Setembro nos EUA, com as subsequentes intervenções militares no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003), lideradas pelos norte-americanos. Ainda mais recentemente, no último ano ou ano e meio, surgiram novos pontos de atrito desencadeados pelas ambições nucleares do Irão e pelas sucessivas declarações políticas efectuadas pelo seu actual Presidente, Mahmoud Ahmadinejad, entre as quais uma alegada intenção de «riscar Israel do mapa» (e de «deslocar» a sua população para a Europa ou para o Canadá) e a sustentação da tese «revisionista» sobre a «inexistência do genocídio da população judaica». Já no ano de 2006, a vitória do movimento islamista Hamas nas eleições da Palestina e a onda de protestos e de violência desencadeada um pouco por todo o mundo muçulmano, na sequência da publicação das doze caricaturas do Profeta Maomé, originalmente efectuada pelo jornal dinamarquês *Jyllands-Posten*, a 30 de Setembro de 2005 –, e que, ao longo do último mês, foram sucessivamente publicadas em quase todos os países europeus/ocidentais –, adensaram a situação de crise. É também um facto político conhecido que a «guerra das caricaturas» apenas adquiriu as actuais proporções em inícios de 2006, quando já tinham passado vários

meses sobre a sua publicação, e, ao que tudo indica, na sequência de actuações políticas concertadas, combinadas pelo mundo árabe-islâmico, nas suas principais organizações: a Liga Árabe e a Organização da Conferência Islâmica (OCI), em particular nesta última.

2. Com os seus actuais 57 membros, a OCI é a organização mais importante do mundo islâmico (a Liga Árabe, actualmente com 22 membros, restringe-se aos países árabes que são minoritários no contexto do Islão). Vale a pena determo-nos um pouco a ver quais são as suas origens e objectivos. A OCI foi estabelecida em 1969, tendo, de acordo com os seus próprios textos oficiais, como evento fundador e primeira razão de ser, «o incêndio criminal» perpetrado nesse ano «por elementos sionistas na mesquita de Al-Aqsa, na Jerusalém ocupada». Sendo este o impulso fundador, foi instituída com uma «absoluta prioridade na libertação de Jerusalém e da Al-Aqsa, da ocupação sionista». Para além disso, nos seus objectivos, propõe-se também aumentar «a solidariedade islâmica entre os seus membros», reforçar a «luta de todos os povos muçulmanos para a salvaguarda da sua identidade» e desenvolver acções coordenadas para «salvaguardar os Lugares Santos» do Islão. Actualmente a OCI tem como Secretário-Geral o professor de História e Cultura Islâmica da Turquia, Ekmeleddin Ihsanoglu, indigitado pelo governo islamista-conservador do *Adalet ve Kalkinma Partisi*/Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP), de Recep Tayyip Erdogan. Para além da Turquia, que é membro fundador, há ainda a assinalar a presença na OCI de outros Estados e territórios que fizeram parte do antigo Império Otomano no Sudeste europeu, como a Albânia (1992). Com o apoio da Turquia entraram ainda, com o estatuto de observadores, a Comunidade Turco Muçulmana de Chipre (1979) – que só a Turquia reconhece como «Estado soberano», com a designação de República Turca do Norte de Chipre – e a Bósnia-Herzegovina (1994), cuja comunidade étnico-religiosa mais numerosa é a dos bósnios-muçulmanos. Como actuou esta importante organização do mundo muçulmano, liderada por uma personalidade turca, na questão das caricaturas do Profeta Maomé? Que

posições político-diplomáticas tem adoptado a Turquia nestas questões sensíveis de relacionamento entre a Europa e o Islão, um país que está em negociações de adesão à UE e que promete ser uma «ponte entre o Oriente e o Ocidente»?

3. Até agora, em todas resoluções e acções políticas discutidas no âmbito da OCI sobre questão das caricaturas do profeta Maomé, a Turquia, apesar do seu tom mais suave, não mostrou propriamente discordância, nem um discurso diplomático substancialmente diferente da generalidade do mundo muçulmano. Entre a solidariedade, ou, pelo menos, alguma compreensão para com o governo da Dinamarca – um antigo parceiro da NATO e um (eventual) futuro parceiro da UE, que, ironicamente, é dos países do mundo que mais gasta na ajuda ao desenvolvimento e da qual os países mais pobres da OCI são também beneficiários – e as exigências de pedidos oficiais de desculpas e as ameaças de boicotes comerciais e diplomáticos, feitas por muitos países da OCI, para que lado pendeu a Turquia? Para o lado da Dinamarca e da UE, onde afirma querer integrar-se em pé de igualdade com os outros Estados europeus? Mas esteve a Turquia de facto mais perto das declarações políticas do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia que, embora reconhecendo a necessidade de respeito pelos símbolos e convicções religiosas, insistiram na liberdade de imprensa e condenaram as reacções violentas? Ou, pelo contrário, esteve a Turquia mais próxima das reacções político-diplomáticas de países como o Irão (actualmente empenhado na negação do genocídio da população judaica e em tornar-se na potência nuclear do Islão xiita); da Arábia Saudita (onde não há uma constituição, é vedada a entrada e permanência a «infiéis» nos lugares santos do Islão e banido o uso de quaisquer sinais religiosos não muçulmanos por mais discretos que sejam); do Sudão (bem conhecido pelo desrespeito das minorias, africana-animista e africana-cristã no Sul do país e na região do Darfur, pela maioria árabe-islâmica do Norte), e do Paquistão (simbolicamente o «país dos puros», criado em 1947, por recusa de convivência com a Índia de Gandhi, maioritariamente hindu e que, apesar de ser um dos Estados mais

pobres do mundo, gasta os seus escassos recursos na «bomba nuclear muçulmana»)? Naturalmente que a posição diplomática da Turquia não era propriamente fácil nesta situação, mas a interrogação faz sentido, não só porque esta se propõe ser uma «ponte entre o Oriente e o Ocidente», como por que detém o cargo de Secretário-Geral da OCI, o que lhe permite, ou deveria permitir, exercer alguma influência acrescida sobre os seus membros, no sentido da moderação de posições e da desdramatização da situação. Todavia, se repararmos no teor da recente conversa entre Javier Solana, o Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum (PESC), e Ekmleddin Ihsanoglu, não ficamos muito com essa impressão. Segundo refere o jornal turco *Zaman* (edição *on-line* de 14/02/2006), o Secretário-Geral da OCI disse a Javier Solana que, no mundo muçulmano, «a publicação das caricaturas ridicularizando o Profeta Maomé tinha tido o mesmo efeito dos ataques do 11 de Setembro». Aparentemente, o que também não deixa de mostrar a fragilidade política da Europa, Javier Solana não fez nenhuma objecção ao facto de que, por muito ofensivas que tais imagens possam ser para as convicções religiosas muçulmanas, a sua publicação não está no mesmo plano de gravidade, moral, jurídica e política, que um acto premeditado de assassínio de mais de três mil pessoas, como foi o 11 Setembro de 2001. Ainda a propósito de ofensas a «símbolos sagrados», agora não de cariz religioso mas de cariz nacional, como é o caso da bandeira de um país, vale a pena ver a maneira como na Turquia se olha para o acto de queimar uma bandeira nacional. A 21 de Março de 2005, quando os curdos, um povo de origem étnica iraniana, comemoravam pela primeira vez livremente o *Nevroz* (o ano novo pré-islâmico dos povos iranianos), um jovem curdo mais exaltado queimou, ou melhor, «dessacralizou», na linguagem da imprensa turca, a bandeira da Turquia. Nos dias seguintes, as reacções generalizadas a esse acto foram de dura condenação verbal e de exaltadas manifestações de rua, onde se uniram os partidos de esquerda e da direita. Num país onde há tal sensibilidade aos (seus próprios) símbolos nacionais, seria de esperar que houvesse

também uma reacção firme de condenação dos actos de pisar e queimar bandeiras da Dinamarca e de outros países da UE e/ou aliados da NATO, que se generalizaram nas manifestações do mundo muçulmano. A realidade é que houve apenas uma censura geral bastante benevolente, face à raiva exteriorizada pelos manifestantes.

4. Vamos agora à questão palestiniana e à recente vitória do movimento Hamas, que prevê, no seu programa político, a nível interno, a instauração da Xária, a lei islâmica, e a nível externo a erradicação do Estado de Israel, cuja existência até agora se tem recusado a reconhecer. Como é que tem actuado diplomaticamente a Turquia? Em sintonia com a UE, que procura pressionar política e financeiramente o Hamas a abandonar as armas e a transformar-se em num normal partido político, que aceita as regras do jogo democrático? Ou com a sua própria diplomacia de relacionamento com o mundo islâmico em geral, e com os antigos territórios do Império Otomano em particular, onde a UE parece ser apenas relevante à medida dos seus interesses na região? De acordo com o jornal *Turkish Daily News* (edição *on-line* de 19/02/2006), parece ser esta segunda linha que está a prevalecer, pois, como este referia, «a Turquia espantou o seu público, Israel e os aliados ocidentais ao ser o primeiro país não-árabe a receber uma delegação de alto nível do grupo radical palestiniano», o Hamas, que recentemente ganhou as eleições na Palestina, para conversações diplomáticas. Surpresa? Talvez nem tanto se olharmos para as ambições do governo do AKP da Turquia, à luz da sua ideologia islamista e do passado histórico do país. Ao contrário da Europa, onde a memória histórica da questão palestiniana não costuma ir mais além do que a I Guerra Mundial – acordo Sykes-Picot (1916) feito entre britânicos e franceses, para a repartição do Império Otomano no Médio Oriente e declaração do *Foreign Office* britânico, «declaração Balfour» (1917), prometendo um território aos judeus na Palestina –, na Turquia a memória histórica é outra e sobretudo bem mais longa. Basta lembrar que os trinta anos de protectorado colonial

britânico, nos actuais territórios de Israel/Palestina (1918-1948), foram antecidos de uma presença imperial/«colonial» otomana de «apenas» quatro séculos (mais concretamente, desde 1516, após a conquista feita por Selim I da Síria e do Egipto, sendo o primeiro sultão otomano a assumir o título de califa, o chefe religioso e político dos crentes da *umma* muçulmana). Quanto às similitudes ideológicas entre o Hamas e o AKP de Recep Tayyip Erdogan, basta pensarmos que este último partido é herdeiro dum conjunto heterogéneo de influências da direita conservadora e islamista da Turquia, numa linha próxima dos sucessivos partidos islamistas formados pelo professor de Engenharia da Universidade de Istambul – Necmaddin Erbakan – o último dos quais, o *Refah Partisi*/Partido do Bem-Estar, foi dissolvido em 1998. Neste contexto, a abertura aos «irmãos muçulmanos» do Hamas surge com uma certa naturalidade e na lógica das raízes ideológicas e das simpatias do eleitorado do AKP.

5. A propósito das declarações «revisionistas» do Presidente iraniano, afirmando que «genocídio da população judaica não existiu», vale a pena passar também um olhar comparativo sobre a maneira como na Turquia se tende a ver alguns acontecimentos dramáticos do século XX que afectaram os *ahl al-kitab* ou «Povos do Livro» (cristãos, judeus e muçulmanos), para utilizarmos uma expressão emprestada pela teologia muçulmana. Essa análise comparativa refere-se a dois acontecimentos trágicos, um ocorrido no início, o outro no fechar do século XX: o caso dos arménios (cristãos) durante o Império Otomano (1915-1917) e a I Guerra Mundial; e o caso dos bósnios (muçulmanos) e dos kosovares (muçulmanos) durante as guerras de secessão da Jugoslávia (1991-1999). Começemos pelos acontecimentos mais recentes. Na imprensa e em todos os sectores opinião pública da Turquia, os sofrimentos dos antigos muçulmanos-otomanos dos Balcãs (bósnios, albaneses, kosovares e macedónios) tiveram um grande eco, reabrindo mesmo feridas do passado. Em 1992-1993, a imprensa nacionalista evocava uma imagem histórica que se tornou um *slogan*

dos meios religiosos e islamistas: «a Bósnia não será uma nova Andaluzia». Esta comparação, que aos olhos europeus/ocidentais, não deixa de ser surpreendente (o último território do Al-Andalus da Península Ibérica foi «perdido» pelos árabes-berberes no longínquo ano de 1492), mostra, de alguma maneira, as imagens mentais da memória muçulmana-turca. Por sua vez, a 11 de Julho 1995, o massacre pelas tropas e milícias sérvias (cristão ortodoxos) de cerca de oito milhares de bósnios-muçulmanos, ocorrido na localidade de Srebrenica – um enclave muçulmano-bósnio na maioritariamente sérvia-bósnia República Srpska (mais de 88% da população), uma das duas entidades autónomas constitutivas da Federação da Bósnia e Herzegovina –, foi motivo de grande consternação e de uma onda de solidariedade com as vítimas, em toda a Turquia. Na óptica dos *media* e da opinião pública turca, sobretudo dos mais nacionalistas e religiosos, este acontecimento converteu-se até no arquétipo dos sofrimentos dos muçulmanos turcófonos, às mãos da Europa/Ocidente. Importa notar que esta percepção resulta do facto de, para a generalidade da opinião pública muçulmana, Turquia incluída, qualquer povo que possa ser qualificado religiosa ou sociologicamente como «cristão» (é o caso dos sérvios, que professam o cristianismo ortodoxo), é no imaginário muçulmano associado a europeu/ocidental. Vejamos agora o outro acontecimento do início do século XX: o massacre de cerca de 800 mil a 1 milhão de arménios, em 1915-1917 que envolveu, directa ou indirectamente, os líderes do CUP, o partido dos «jovens turcos», liderado por Enver Paxá. Os acontecimentos ocorreram após a declaração de guerra do Império Otomano à *Entente* franco-britânico-russa, em finais de 1914, feita na linguagem político-diplomática da Europa/Ocidente, sendo, paralelamente, proclamada também uma *jihad* na linguagem político-religiosa do Islão. Os factos históricos sugerem que um círculo restrito dentro do Comité para a União e o Progresso (CUP) – o partido dos «jovens turcos» liderado por Enver, que governava o Império Otomano/Turquia –, sob a direcção de Talât, o Ministro do Interior, pretendeu «livrar-se» dos arménios, usando a «deportação como capa

para essa política» (o argumento oficial, provavelmente com fundamento histórico mas exagerado na sua dimensão, foi o de que os arménios estavam a desertar para as fileiras do exército russo). Como refere o historiador Erik Zürcher, na sua execução no terreno «um determinado número de chefes provinciais do partido deu assistência a este extermínio, o qual foi organizado através da *Teskilât-i Mahsusa* (literalmente Organização Especial), sob a direcção de Bahaeddin Sakir, director político do CUP. Qual é a atitude da Turquia face a este acontecimento trágico do seu passado? Similar à sua consternação face aos massacres dos muçulmanos dos Balcãs nas guerras da Jugoslávia e apoio às suas vítimas? Idêntica ao acto de *mea culpa* da Alemanha face ao trágico genocídio da população judaica? Na realidade não é nenhuma destas duas. Nesta matéria, a diferença entre a Turquia e a Alemanha é tão pequena, ou tão grande, quanto isto: na Alemanha a *negação* do genocídio da população judaica durante a II Guerra Mundial é considerado crime, sendo os seus autores passíveis de sanções penais; ao contrário, na Turquia, a *afirmação* do genocídio da população arménia durante a I Guerra Mundial é considerado traição e crime susceptível de condenação penal. Repare-se no caso de Orhan Pamuk, provavelmente o mais importante escritor turco da actualidade, que foi objecto de acusação criminal por ter «denegrido publicamente a identidade turca». Recordemos os factos. Na entrevista dada ao jornal *Tagesanzeiger*, de Zurique, na Suíça, publicada a 6 de Fevereiro de 2005, este foi questionado sobre a «cortina de silêncio» que paira na Turquia (a expressão é de Halil Berktaş, um dos raríssimos académicos turcos que assumiu publicamente o genocídio dos arménios), tendo dito que «30 mil curdos e 1 milhão de arménios foram mortos na Turquia. Quase ninguém ousa falar desse assunto e os nacionalistas odeiam-me por causa disso». Nos meses seguintes, quando os ecos desta entrevista começaram a chegar à Turquia, levantaram-se ondas de indignação e de fervor nacionalista. O jornal *Hürriyet* qualificou o escritor como «uma criatura abjecta». Outro jornal, o *Vatan*, questionou se «a liberdade de expressão é também uma liberdade de traição».

Em termos de autoridades públicas, Mustafa Altınpınar, o governador do distrito de Sütçüler, na província de Isparta, chegou a enviar uma directiva às bibliotecas sob a sua jurisdição, ordenando que fossem apreendidos e destruídos todos os livros do escritor Orhan Pamuk, pelas suas afirmações sobre o «alegado genocídio arménio».

6. À luz destes acontecimentos, as recentes reacções de fúria às caricaturas do Profeta Maomé, ocorridas também na Turquia, deixam uma certa sensação de previsibilidade. Mas uma reflexão sobre tudo isto talvez nos possa ajudar a compreender porque vemos o actual governo conservador-islamista turco alinhado com o resto do Islão, e desalinhado com a Europa/Ocidente, na subscrição duma petição depositada nas Nações Unidas com um projecto de resolução que prevê, entre outras coisas, a proibição da «difamação das religiões ou dos profetas». Em face do que foi exposto coloca-se, ainda, uma última e importante questão, que é a de saber para que lado penderá a Turquia se ficar na difícil situação de um conflito de interesses entre a Europa e o Islão: para o lado da Europa, à qual sustenta pertencer, invocando a herança da Antiguidade Clássica existente no seu território (a antiga Ásia Menor, onde está Tróia, Éfeso, etc.), os lugares simbólicos dos primeiros tempos do Cristianismo (Constantinopla, Niceia, Antioquia, etc.) que aí se situam, a república secularista fundada por Mustafa Kemal (Atatürk) sob o modelo do Estado-Nação europeu/ocidental e a pertença à NATO e de antigo aliado do Ocidente na Guerra-Fria? Ou para o lado do Islão e dos «países irmãos» da OCI, onde se afirma, não sem orgulho, como terra do Islão (*dar al-islam*), herdeira dos sultões-califas que guiaram política e espiritualmente a *umma* durante quatro séculos, e líder de uma expansão duradoura da fé islâmica na *Rumelia* – o nome otomano dado antigos territórios do império na Europa – superando os seus «irmãos árabes», que não conseguiram criar raízes duradouras no mítico Al-Andalus (a Península Ibérica)? Os europeus parece não terem visto, ou não quererem ver, mas a Turquia de Recep Tayyip Erdogan tem mostrado

onde estão as suas principais afinidades culturais-religiosas e as suas prioridades políticas.

Talvez seja altura de nos começarmos a habituar à sua forma de estar na Europa.